



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CUAMBA



Programa de Monitoria de Responsabilização Social ao nível dos Municípios – MuniSAM Janeiro 2013

O estabelecimento de SAMcoms como estratégia de organização comunitária municipal

Caro leitor, bem-vindo a segunda edição do Boletim Informativo referente ao Programa de Monitoria de Responsabilização Social nos municípios (MuniSAM) implementado pela Concern Universal Moçambique em coordenação com organizações nacionais da sociedade civil e financiado pela Agencia Suíça de Desenvolvimento e Cooperação- SDC.

O estabelecimento de SAMcoms é uma das estratégias adoptada pelo Programa MuniSAM para promoção da participação organizada dos munícipes nos processos da governação local. Nesta edição vamos partilhar, com caro leitor, aspectos relacionados com SAMcoms

O Comité de Monitoria de Responsabilização Social (SAMcom) é um grupo cívico de cidadãos - munícipes que, querendo contribuir com ideias e acções concretas no desenvolvimento do município, decidiram constituir esta forma de organização comunitária. O SAMcom engaja activamente com o Conselho Municipal, a Assembleia Municipal e com outras forças vivas locais (parceiros de cooperação, agentes económicos, líderes comunitários, ONG's) na identificação dos problemas e possíveis soluções para um desenvolvimento acelerado e sustentável do município.

Os SAMcoms, através dos Comités de Auditoria social, estão a desenvolver trabalhos de monitoria e auditoria social dos projectos públicos municipais cujos relatórios são divulgados durante a Audição Pública. A Audição Publica é um privilegiado espaço de prestação social de contas dos gestores municipais aos munícipes.

Boa Leitura!



**Domingos Vidal, Governance officer
Concern Universal Mozambique**

Resumo de Programa de Monitoria de Responsabilização Social ao nível dos municípios (MuniSAM)

Agência Implementadora: ONG Concern Universal Moçambique em coordenação com as organizações nacionais da sociedade civil

Doador: Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação -SDC

Localização de Programa:

- Ano 1: 4 municípios (Cuamba, Metangula, Quelimane e Mocuba)
- Ano 2: 6 municípios (Montepuez, Mocimboa de Praia, Cuamba, Metangula, Quelimane e Mocuba)
- Ano 3: 8 municípios (Montepuez, Mocimboa de Praia, Cuamba, Metangula, Quelimane e Mocuba e 2 municípios adicionais ainda por definir)

Orçamento do Programa:

- USD 1,300,000.00 durante 3 anos (2012-2014)

Este programa com duração de 3 anos e abrangência de 8 municípios, introduziu uma nova abordagem integrada e estratégica para promoção de governação socialmente responsável ao nível municipal em Moçambique. O Programa visa fortalecer capacidades de ambos lados, da demanda e da oferta, necessárias para uma governação socialmente responsável.

O objectivo de Programa é de estimular a participação cívica nos processos de gestão de recursos públicos municipais e ao mesmo tempo fortalecer as capacidades dos gestores - funcionários dos municípios, e membros das assembleias municipais – para complementar o trabalho do Programa de Desenvolvimento Autárquico – PDA.



ALGUMAS LIÇÕES APRENDIDAS E ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA

1. O acesso a informação é a porta de entrada importante para o trabalho de governação. Nos municípios alvo notam-se certas lacunas no conhecimento geral sobre a base legal que orienta o seu funcionamento e sobre os espaços para participação de cidadão na governação local, verifica-se também um fraco conhecimento sobre a estrutura do governo municipal e desconhecimento sobre responsabilidades das Assembleias Municipais etc. Além disso, existem grandes limitações no conhecimento dos munícipes entre as diferenças do quadro jurídico aplicado para os municípios e distrito. Neste sentido o Programa está divulgando documentos e políticas relevantes através de ferramenta de Arquivo de comunidade, e esta em preparação a produção da banda desenhada para explicar melhor o conceito de responsabilização social.
2. É preciso assegurar a inclusão dos membros do governo na capacitação dos processos de responsabilização social. Inicialmente a formação estava orientada para elementos de sociedade civil. Contudo, dado as lacunas de conhecimento identificadas e dado ao interesse demonstrado por parte de governo, o programa tomou a decisão estratégica de incluir também o lado de oferta (membros de Conselho e Assembleia municipal) como participantes na formação sobre responsabilização social (5 módulos). Isso ajudou a criar canais de comunicação e interação entre SAMcoms e o governo.
3. Muitos bairros periféricos estão esquecidos ou não fazem parte nos/dos planos e orçamentos municipais. Os munícipes sentem que os planos cobrem só o espaço da “cidade cimento”. Por isso, o programa optou por uma abrangência geográfica inclusiva dos SAMcoms com membros provenientes de todos bairros municipais e representando diferentes grupos de interesse.
4. Os municípios onde existem alguns grupos cívicos organizados são mais abertos para colaboração, o que facilita o trabalho dos SAMcoms. Neste sentido o programa firmou parcerias com as redes das OSC existentes nomeadamente o FORASC em Cuamba, o NANA em Mocuba, e o NAFEZA em Quelimane.
5. Existe uma grande lacuna na capacidade de sociedade civil (e não só) na leitura dos planos, orçamentos e relatórios municipais. Por isso, o programa MuniSAM pretende incluir uma actividade específica de capacitação sobre leitura dos documentos municipais.
6. As Assembleias Municipais são os parceiros principais de MuniSAM. Existe uma grande aproximação e colaboração entre as Assembleias Municipais e os SAMcoms como os seus “olhos nas comunidades”. Como indicador podemos mencionar que nos municípios de Cuamba e Metangula é dada palavra aos membros dos SAMcom nas sessões das Assembleias Municipais.

7. Existem desafios do carácter voluntário dos membros do SAMcom. Membros do SAMcom reclamam subsídios (incluindo os subsídios de risco) para o trabalho desenvolvido e querem registar-se como Associações, assim como, estão a elaborar projectos para ser financiados. O Programa ainda esta reflectir como responder a esta situação.

8. A abordagem baseada nos direitos e evidências e o conceito de responsabilização social ainda representam uma novidade para cidadão e para governo. O Programa prevê promover os debates ao nível nacional sobre a responsabilização social nos processos de gestão de recursos públicos.

9. Autoridade Tributaria como grande potencial parceiro de programa – membros de SAMcom estão mobilizar e sensibilizar as comunidades sobre a importância do pagamento de impostos e taxas. Entretanto, existe uma demanda dos munícipes que querem ver os seus investimentos a trazerem melhorias nas condições de vida dos municípios. Neste sentido, o programa está a encontrar pontos de parceira mais formal com as AT.

10. Papel dos media. O SAMcom de município de Cuamba foi oficializado antes do Município de Metangula (embora o trabalho em Metangula tenha arrancado antes de Cuamba). O edil de Metangula autorizou a oficialização de SAMcom de Metangula depois de acompanhar a oficialização de SAMcom de Cuamba no programa “Ver Moçambique” da TVM. O Programa está aproveitar o poder dos medias (jornais, TV etc.). Contudo, reconhece a necessidade de formar os jornalistas sobre o conceito de responsabilização social.

11. A Assembleia Nacional como parceiro do programa – em colaboração com WFD (Westminster Foundation for Democracy), na base dos resultados dos levantamentos de base está em curso o desenho de pacotes de formação para as Assembleias Municipais nos locais abrangidos pelo MuniSAM.



Algumas Constatações de Estudo de base de MuniSAM - Cuamba

O estudo de base demonstra que os grupos de interesse cívico em Cuamba enfrentam uma série de dificuldades e constrangimentos, os quais actualmente inibem o engajamento nos processos de governação municipal, incluindo, sem limitação:

- a. Receio de interagir, de uma forma mais participativa, e de questionar, a forma como a gestão dos recursos públicos municipais é levada a cabo principalmente devido ao receio de possíveis conotações políticas como resultado de tal engajamento e do eventual estigma que poderá resultar do mesmo;
- b. A percepção de que o Conselho Municipal não reconhece na totalidade a legitimidade do papel da Assembleia Municipal ou dos grupos cívicos no envolvimento (ou no exercício da Supervisão) nos cinco processos de governação e de gestão de recursos públicos acima indicados;
- c. A falta generalizada de conhecimento sobre as provisões jurídicas existentes, nomeadamente, da Constituição e de outros instrumentos jurídicos e oportunidades relacionadas com a participação cívica na gestão de recursos públicos;

1. Aumento da capacidade dos funcionários municipais e dos prestadores de serviços para a produção de justificações e explicações baseadas em evidências sobre o uso dos recursos disponíveis para satisfazer as necessidades sociais e para engajar com cidadãos e grupos sociais

2. Aumento da capacidade dos cidadãos e grupos sociais para engajarem nos processos de gestão de recursos públicos, articular as necessidades, recomendar acções para responder as necessidades, pedir justificações, avallar a base das evidências para justificações e explicações recebidas e assegurar acções correctivas como resposta às evidências do uso ineficaz dos recursos disponíveis

**Melhoria de
qualidade da
vida de cidadão**

3. Aumento da capacidade dos intervenientes no lado de oferta e demanda para assegurar uma integração mais eficaz e sistemática entre os processos de gestão de recursos públicos municipais e os de outros níveis de governação

A médio e longo prazo o mesmo vai trazer uma gestão de recursos públicos e provisão de serviços mais eficiente e responsável

- d. A falta de conhecimento sobre a gestão de recursos públicos no – sem limitação – nível municipal, nomeadamente sobre os processos de avaliação de necessidades; planificação estratégica e orçamentação; execução orçamental; contabilidade, reporte e controlo interno; auditoria externa; supervisão; e revisão de políticas e estratégias (incluindo a nível central, provincial e distrital);
- e. Falta de ferramentas e instrumentos de monitoria e engajamento em cada um dos processos de gestão de recursos públicos;
- f. Os membros da sociedade civil possuem a percepção de que o seu envolvimento nos processos de planificação até a data não se traduz em resultados ou mudanças tangíveis. Os membros da sociedade civil expressaram a opinião de que os seus contributos ao longo dos anos têm sido sistematicamente negligenciados, originando um sentimento de frustração com os processos e desencorajando a sua participação;
- g. Uma falta de capacidade organizacional dos grupos cívicos para representarem devidamente as suas comunidades e constituências e para articularem e avançarem as suas necessidades; e
- h. Em termos institucionais, ainda existem alguns desafios, entre outros, (i) à comunicação efectiva dentro do Conselho Municipal, e entre este e a Assembleia Municipal e os municípios, (ii) a existência de pessoal técnico e qualificados para as várias funções de gestão municipal, (iii) a existência de um funcionário responsável pela execução da função de controlo interno, e (iv) à exiguidade orçamental para prestar serviços públicos municipais de forma mais eficiente.

O MuniSAM irá providenciar actualizações regulares, contendo um registo detalhado sobre as actividades do programa e as respostas das principais partes interessadas em cada município - alvo, de modo a registar, de uma forma transparente, o seu contributo em alcançar os resultados acima listados. O MuniSAM propõe provocar impacto por via da provisão de ferramentas de monitoria de responsabilização social, a criação de comités comunitários de responsabilização social (SAMcoms), e a provisão de apoio e acompanhamento aos referidos SAMcoms na utilização das ferramentas (e no realização de auditorias sociais). A equipe do MuniSAM reconhece que, desde o início da realização do estudo o próprio Presidente do Conselho Municipal de Cuamba mostrou-se extremamente aberto em promover e estimular uma participação e engajamento mais activo dos municípios e dos grupos cívicos.





Oficialização de SAMcoms

dos cidadãos no desenvolvimento, eles devem ser reconhecidos oficialmente pelo município.

No mês de Julho de 2012, 40 membros de SAMcom de Cuamba foram oficialmente apresentados a Assembleia Municipal de Cuamba, Conselho Municipal e outros intervenientes daquela autarquia do Niassa.

O Presidente do SAMcom de Cuamba Romão Vítor Braga disse na ocasião que as responsabilidades dos membros do comité são enormes. Ele afirmou que os membros de SAMcom irão trabalhar em

estreita ligação com a Assembleia Municipal local no desenvolvimento do seu trabalho.

Para o Presidente do Município de Cuamba, Vicente da Costa Lourenço, o surgimento do SAMcom na sua autarquia é mais-valia. Segundo ele, com a criação de comité, abre-se mais um espaço para a abertura democrática e participação da Sociedade civil na governação municipal

“Achámos que este trabalho conjunto vai ajudar a explicar aos munícipes que há actividade da edilidade em curso nos bairros”. disse Lourenço

Assinatura de MdE com a Assembleia provincial do Niassa

No dia 15 de Junho de 2012, a Assembleia Provincial do Niassa (APN) e a Concern Universal assinaram um memorando de entendimento (MdE) que visa reforçar a capacidade da APN para o fortalecimento na governação participativa na província do Niassa. A parceria vai se centrar na componente de desenvolvimento de competências técnicas de fiscalização da Assembleia Provincial do Niassa e promoção de plataformas de diálogo com outros actores e/ou grupos cívicos. O presidente da Assembleia Provincial do Niassa, Valente Farahane, destacou o facto de o Memorando ir ao encontro das atribuições desta casa.

“As Assembleias Provinciais jogam um papel muito importante na garantia de boa governação em Moçambique. Asseguram que a governação seja fundada nos princípios de transparência dos actos governativos, de prestação de contas e de oportunidades para os cidadãos expressarem as suas opiniões e participarem nos processos democrático. Foi olhando para o papel que a AP tem que esta e a Concern Universal decidiram iniciar esta parceria visando contribuir para: Fortalecer as capacidades de actuação dos membros da APN dotando-lhes de conhecimentos sólidos para puderem intervir com efectividade e activamente no processo governativo provincial e estimular a interacção entre membros de APN, as comunidades e organizações de sociedade civil do Niassa, através de criação de canais e plataformas de diálogo centradas na governação” disse Farahane.



Fazendo a diferença em Metangula

A vila Municipal de Metangula é uma das oito autarquias que implementa o Programa de MuniSAM. Foi a primeira onde este processo teve início há cerca de sete meses. Os dirigentes municipais e membros do SAMcom dão a sua opinião sobre os primeiros meses deste programa.

“Houve um reforço na fiscalização”, Manuel Sirage Mpenba, Secretário da Assembleia Municipal.

“No princípio era difícil entender o programa, existia muito debate para perceber a essência do MuniSAM, mas com o tempo acabamos por perceber que veio reforçar o papel da Assembleia Municipal, mas também o desenvolvimento da sociedade.



O programa está bem-vindo, veio reforçar a capacidade de monitoria da Assembleia Municipal, uma vez que o nosso trabalho é fiscalizar as actividades do Conselho Municipal. O MuniSAM tem uma estrutura inserida nos bairros da vila, uma coisa nova que nos permite expandir a nossa visão nos bairros da autarquia. Nós temos visitado os bairros como membros da Assembleia Municipal periodicamente duas vezes por ano, são visitas de auscultação onde verificamos o cumprimento dos planos do Conselho Municipal, e o manifesto eleitoral.

Os membros do SAMcom vivendo nos bairros percebem melhor o que se passa nos bairros; posso dizer que houve um reforço dos nossos olhos na fiscalização, é uma mais-valia. Durante as sessões da Assembleia Municipal, temos convidado alguns membros do SAMcom, líderes comunitários e outros, todos dão o seu contributo, tem direito a palavra sobre os assuntos dos seus bairros e, apontam situações reais das zonas onde vivem. Nós abraçamos estas ideias, são nossos parceiros neste processo”.



“Estamos a trabalhar com evidências”, José Cachembele, presidente do SAMcom (Bairro de Seli)

“O SAMcom já foi oficializado e reconhecido pelas estruturas municipais de Metangula. Temos tido desafios de diálogo o que é normal no início. Os nossos instrumentos de trabalho são as Evidências que colhemos no terreno, com o auxílio do Plano de Actividades do Conselho Municipal de Metangula, Relatórios da Inspeção Geral das Finanças e Tribunal Administrativo, Orçamento do Município, não estamos a inventar nada no nosso trabalho.

O que temos visto é que algumas actividades planificadas podem não ser feitas por diversos motivos, mas deve ser explicado pelo Conselho Municipal. A nossa missão é o desenvolvimento do nosso município, vamos trabalhar no desenvolvimento desta zona apoiando o Conselho Municipal. Temos o caso do alpendre de venda de peixe e carne no mercado de Seli. A obra havia parado, mas com o surgimento do SAMcom e perante a nossa pressão, foi retomada.

Temos boa colaboração com a Assembleia Municipal, considero de excelente, temos grande abertura dos 13 membros da Assembleia Municipal. Estes 13 membros não atingem todos bairros e nós cobrimos todos bairros. Já fizemos trabalho nos bairros onde falamos de diversos aspectos da municipalização e as pessoas compreendem. Com o Conselho Municipal também temos boas relações, sempre que vamos aos bairros comunicamos este órgão que nos dá a luz verde.

“Queremos apoio aos produtores”, Maurício Koma-Koma, Coordenador do Comité de Agricultura do SAMcom (Bairro de Kapweleza)

“A área da agricultura tem problemas de apoio aos produtores sobretudo junto ao rio Lunho para produção de hortícolas. Estamos a ver que o apoio é muito pouco por parte do município embora tenha uma área de Agricultura, os técnicos não chegam para visitar os produtores da nossa zona. O mesmo problema está ligado a pecuária, onde temos problemas da doença de Newcastle.”





“Temos que fortificar a fiscalização”, Ascensão Matias, Comité de Urbanização do SAMcom, (Bairro de Sanjala)

“Temos visto que o Conselho Municipal planifica actividades mas não cumpre, o relatório de execução de actividades não tem sido claro, ou seja onde é que a actividade foi feita, quando etc. quando pegamos o plano de actividades não conseguimos ver estas actividades nos bairros. Temos tido respostas positivas dos munícipes, alguns levantam questões do tipo nós pagamos impostos mas não sai água nas torneiras. Temos que fortificar a fiscalização para melhorar o desenvolvimento do nosso município.”

“O Município precisa entregar obras a empreiteiros sérios”, Domingos Pinto, coordenador Comité de Urbanização do SAMcom, (Bairro de Chiuanga)

“Vejo que a urbanização não vai muito bem em alguns bairros. Alguns aquedutos construídos em 2011 no bairro de Chiuanga não são de boa qualidade, ao invés de escoar água impedem a saída da água. As necessidades são grandes, mas o município devia entregar obras a empreiteiros sérios. A manutenção de estradas deve atingir todos bairros, em Metxumwa há uma estrada que não é feita manutenção, mas está na área municipal.

Temos uma missão muito longa que é fiscalizar as acções na nossa autarquia, estamos a trabalhar com o Conselho Municipal, não é fácil, mas quero que nos compreendam que não viemos arrancar trabalho a ninguém, mas viemos partilhar ideias e desenvolver o Município da Vila de Metangula. Os eleitos devem prestar contas ao eleitorado.”





Implementado por:



Financiado por:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC

Para mais informação sobre nosso trabalho, contactem-nos:

Concern Universal Moçambique

Email: cumoz@teledata.mz Tel: + 258 271 20163, + 258 82 3095200 www.concern-universal.org.mz

